

Toda força ao entendimento

20 SET 1988

LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO

O êxito das grandes idéias vincula-se, freqüentemente, a uma questão de oportunidade. Nunca foi tão oportuno discutir as bases de um pacto social quanto hoje, quando o País acaba de ganhar uma nova Constituição. O acordo, para o combate à inflação, que empresários e trabalhadores estão procurando levar adiante, com o apoio do governo, tem, agora, muitas chances de dar certo. Há diversas razões para acreditar em sua viabilidade.

O Brasil inicia uma nova etapa em sua fisionomia institucional, incorporando significativamente mudanças em matéria de caráter econômico, social e político. Esse fato, por si só, justifica um amplo e profundo conjunto de medidas que venham, efetivamente, sedimentar as bases para o correto reordenamento dos caminhos nacionais. Não há mais tempo para conversa fiada, não se justificam os infundáveis encontros para discussões obtusas e inconseqüentes. O momento é, verdadeiramente, de extrema gravidade.

O pacto social, para se posicionar com as mínimas condições de sucesso, exige, como premissa fundamental, espíritos desarmados, sinceras intenções para se chegar a um consenso e, certamente, a convicta vontade de cada parceiro em aceitar determinada cota de sacrifício. Não se constróem acordos, quando os elementos envolvidos procuram avançar posições interesseiras. Um entendimento que tenha como objetivo diminuir drasticamente a escalada inflacionária, fazer voltar os investimentos e recuperar a confiança da Nação necessita que cada elo do sistema assumam, corajosamente, um elenco de obrigações.

O Governo não pode entrar apenas com apoio. Há que cumprir com suas responsabilidades. Para combater o déficit público, já não basta intenções nem medidas protelatórias. Já não bastam anúncios que os tempos se en-

carregam de desmoralizar. O Governo precisa oferecer à economia uma moldura de regras claras, objetivas e permanentes.

Confiança se assegura quando se sabe o que virá pela frente. Ninguém consegue trabalhar ou fazer investimentos no meio da dúvida. A redução do déficit público passa pelo enxugamento da máquina estatal, pela eliminação de diversos subsídios, pela privatização de empresas estatais. Se o Governo quer entrar para valer, pode, por exemplo, tomar decisões para agilizar os processos e conversão da dívida em capital de risco. O tempo urge. Não podemos mais esperar.

O empresariado, por sua vez, deve se convencer que a única maneira de ver consolidados seus negócios e expandidos seus empreendimentos é investindo em posições que, no curto prazo, signifiquem sacrifícios e menores lucros. Primeiro, é oportuno acreditar no entendimento social. E mais: só por meio de um amplo acordo, poderemos sair da crise. Os preços, nesse contexto, devem se compatibilizar com patamares idênticos aos dos salários e as tarifas também não podem disparar acima dos índices gerais. Há que se concordar sobre a necessidade de frear todas as posições.

Não podemos continuar a exibir uma economia assentada sobre a especulação. Só no mercado do over temos, hoje, US\$ 100 bilhões, enquanto a caderneta de poupança reúne US\$ 57 bilhões. A retomada do desenvolvimento requer que grande parte dessa massa seja desviada urgentemente para os investimentos de ampliação, modernização e reequipamento dos parques fabris. Precisamos acreditar na convergência de interesses e tomar decisões nesse sentido.

Os trabalhadores não devem aceitar as regras do jogo, estabelecendo tetos plausíveis às suas reivindicações, evitando atitudes imoderadas e intempestivas. Os tempos convidam

todos ao bom senso e à análise calcada na dura realidade. Há necessidade da união de todos os segmentos de trabalhadores. Suas naturais divisões em grupos, facções e confederações prejudicam o sentido da convergência e do consenso a que todos aspiram. Por essa razão, é de todo aconselhável, nesse momento, um refluxo em suas acirradas divergências.

Com essa visão, o entendimento nacional ganhará força e se agigantará, envolvendo amplos segmentos sociais, irradiando suas possibilidades até outros setores que também deverão dele participar. Pois um acordo de compromissos, para se encher de grandeza e fortaleza, também necessita do irrestrito apoio dos poderes legislativo e judiciário. Até dos governos estaduais que, numa demonstração inequívoca de grande aspiração nacional, postariam sua assinatura no documento-base.

É preciso confiar. Os sonhos se realizam quando há boa vontade, determinação e coragem para ir adiante. Percebemos que a oportunidade histórica do ajuste é a que estamos vivenciando nesses dias que precedem a promulgação da Nova Carta Magna. É para que se extirpe qualquer tentativa de aproveitar-se desse instrumento como arma eleitoral — afinal de contas, tem sido costume no País o proveito de situações em épocas de eleições — será bem-vinda uma campanha de esclarecimento à opinião pública para dizer que ele não tem dono, nem patrocinador. Porque o maior patrocinador, o inspirador de um entendimento nacional é, indubitavelmente, o povo brasileiro.

Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho é 1º vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, presidente da Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu) e vice-presidente da Cobrasma.